

O Anuário da Educação Brasileira

» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio
Henrique Ferreira do Instituto de
Estudos Avançados da USP de
Ribeirão Preto



Completando agora a sua 12ª edição, o Anuário Brasileiro da Educação Básica deve ser, na minha opinião, uma referência obrigatória para todos aqueles que estudam políticas públicas de educação em nosso país. Trata-se de uma iniciativa exitosa do Todos Pela Educação (TPE), da Fundação Santillana e da Editora Moderna, reunindo os principais dados educacionais do país de forma clara e acessível, e contribuindo, assim, com o monitoramento das políticas públicas e com o debate educacional qualificado.

A edição de 2025, seguindo as anteriores, está dividida em diversos capítulos relativos a: educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos (EJA), professores e gestão escolar, gestão dos sistemas educacionais, financiamento da educação, equidade étnico-racial, educação inclusiva e infraestrutura. Além dos dados nacionais, são fornecidos recortes estaduais, assim como uma seção especial com panoramas de cada unidade da Federação.

Nesta edição, o Anuário reforça seu papel de instrumento estratégico para pensar os próximos passos da educação no país. A publicação traz um panorama robusto sobre o presente e o passado, mas com os olhos voltados para o que está por vir. Em um ano decisivo — com as discussões sobre o

Sistema Nacional de Educação (“o SUS da Educação brasileira”, como está sendo chamado), o novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2024-2034) e a recente assinatura do decreto que institui a Política Nacional Integrada pela Primeira Infância (PNIPI) —, o documento produzido se coloca como uma ferramenta potente para orientar o planejamento, a gestão e o debate público sobre os caminhos que o Brasil quer e precisa trilhar, como diz, com propriedade, Gabriel Corrêa, diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação.

O Anuário chama a atenção, em particular, para o atual quadro da alfabetização no Brasil, e o faz com toda a razão, já que se trata da pedra angular de todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem de nossas crianças. Desde 2023, o país vem utilizando o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), e nota-se que o país evoluiu muito discretamente de 2023 para 2024 — de 56% para 59,2%, respectivamente, ou seja, um crescimento de apenas 3,2%. Assim, para chegar aos 80% em 2030 — meta estipulada pelo Ministério da Educação —, muito precisará ser feito.

Creio que uma atenção maior aos cinco primeiros anos de vida de nossas crianças pode ser uma alavanca importante para acelerar esse processo de alfabetização. Ou seja, estou falando de uma educação infantil de qualidade, sem esquecer que essa etapa primeira é também estratégica para o sucesso da própria PNIPI. Nesse sentido, não tenho dúvidas de que a sociedade brasileira começou a despertar para o tema, mesmo que tardiamente, pois sabe-se, há muito, que a educação infantil é decisiva não só para o sucesso escolar da criança, mas também para seu desenvolvimento pessoal e social.

Os dados do Anuário podem contribuir muito para atestar a qualidade das metas educacionais para os próximos 10 anos relativas ao novo PNE.

A cultura do uso de dados em educação avançou bastante em nosso país com o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), estabelecendo metas de qualidade para o país, os estados e os municípios brasileiros, juntamente com as cinco metas da organização Todos Pela Educação. Apesar desse avanço, muito ainda precisa ser feito, especialmente na perspectiva de usar tais informações na tomada de decisão com base em evidências, deixando de vez a cultura do achismo.

É bom lembrar que o uso de dados passa também a ser essencial no modelo de financiamento público da educação, com o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); muitos municípios não estão recebendo dinheiro do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) — uma parte da complementação financeira do Fundeb — porque não conseguem cumprir com alguns de seus fatores condicionantes, como, por exemplo, avançar no aprendizado adequado e na redução das desigualdades. Além disso, não estão recebendo o dinheiro do ICMS Educacional — um mecanismo de distribuição de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que utiliza indicadores educacionais para destinar parte do imposto aos municípios, incentivando a melhora da aprendizagem e da equidade.

Muitos municípios não se prepararam para esse novo ambiente. Por isso, a própria Cátedra Sérgio Henrique Ferreira tem como uma de suas principais estratégias de atuação formar gestores públicos e técnicos educacionais para empregar dados em prol de uma educação pública de qualidade. E o Anuário é, assim, um grande aliado de governos, entidades da sociedade civil, imprensa e milhares de gestores de redes em todo o país.

Maurenilson Freire



Jane Goodall, a voz que traduziu o sentimento dos chimpanzés da África, silencia

» EDUARDO BESSA
Professor de zoologia e
comportamento animal na
Faculdade de Planaltina -
Universidade de Brasília (UnB)



Faleceu nesta quarta-feira, na Califórnia, a primatóloga Jane Goodall, aos 91 anos. Goodall foi uma poderosa voz em defesa da conservação ambiental, especialmente dos grandes primatas, nossos parentes mais próximos. Com o raro dom de trazer esperança em seu discurso conservacionista, Jane arrebanhava plateias, mobilizando muito mais a opinião pública do que aqueles que se apoiam na tática de promover o pânico. Foi isso que fez em sua visita à Universidade de Brasília (UnB), em outubro de 2023.

Nos últimos anos, Jane se dedicava à conservação ambiental, numa aparente guinada de sua carreira. No entanto, ela ganhou notoriedade internacional graças a seus 65 anos dedicados à pesquisa sobre o comportamento dos chimpanzés em Gombe, na Tanzânia. Ainda muito jovem e sem treinamento científico extensivo, Jane mudou-se para a África para acompanhar o cotidiano de um grupo de chimpanzés. Foi apenas graças à falta de vieses acadêmicos, que muitas vezes nublam a

percepção de pesquisadores veteranos, que Jane pôde enxergar nos chimpanzés de Gombe inúmeras semelhanças com a nossa própria espécie. Suas observações iniciais demonstraram que chimpanzés brincam, passam por uma fase similar à adolescência, matam seus semelhantes em guerras entre bandos, mas têm uma elaborada rede de colaboração social também.

Por ser mulher e jovem, outros cientistas zombaram dela ao perceberem que atribuía aos animais que observava qualidades tidas como exclusivamente humanas e por dar a eles nomes próprios, como Flo e Goblum. Por ser corajosa, trocou o conforto de Londres pelas selvas africanas, apesar de ser mulher e jovem na Inglaterra dos anos de 1960. Jane levou a cabo o mais longo projeto de observação animal em campo até hoje, inspirando projetos similares em diversos outros locais e com diferentes espécies. Sua intuição revolucionou a forma como o comportamento animal é estudado no campo e compreendido na teoria.

Essa é a disciplina que mais gosto de lecionar na universidade, e hoje me peguei pensando em quantas das minhas aulas foram transformadas por Jane Goodall.

A guinada na carreira de Jane Goodall, que deixou as pesquisas sobre os chimpanzés em segundo plano para se dedicar à conservação, só foi aparente. Cada dia de convívio com esses grandes macacos mostrou a ela, e a todos os que leram seus trabalhos, como não nos distanciamos tanto assim uns dos outros.

Jane deixou claro que não faz sentido estudar a vida selvagem sem defendê-la. Ela usou uma linguagem sedutora, uma narrativa imersiva em primeira pessoa e uma tonelada de casos deliciosos para levar seus leitores para a selva de Gombe numa viagem da imaginação. Nessas histórias, cada personagem era tão humano, tão real, que não apoiar esforços pela sua conservação seria imoral.

Seus esforços rodando o planeta para divulgar o instituto que leva seu nome renderam resultados. Diversas iniciativas inspiradoras voltadas para envolver crianças, especialmente meninas, na construção de um mundo melhor foram agregadas ao programa Roots & Shoots (Raízes e Brotos), criado para promover mudanças positivas a partir das iniciativas e ações das próprias crianças.

Mesmo em meio a tantas atrocidades contra o meio ambiente e contra os animais, mesmo com mais de 90 anos, Jane Goodall era uma voz cheia de energia e esperançosa, ainda que lúcida, em defesa da natureza e do direito dos animais. Suas contribuições teóricas no comportamento animal nos mostraram que nossas qualidades em relação aos animais são mais uma questão de escala do que uma particularidade humana sem equivalente no mundo animal. Suas contribuições morais ainda irão ecoar por muito tempo, até que nos tornemos um mundo mais parecido com o que ela desejava alcançar.

Visto, lido e
ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.dj@dabr.com.br



De olho na Europa (parte 2)

A Europa, berço do Iluminismo e do Humanismo moderno, vive hoje um dilema que parece resgatar fantasmas da própria história. O avanço da imigração muçulmana, intensificado por crises humanitárias no Oriente Médio e na África, encontra-se no centro de uma crescente polarização política e social dentro do continente. O que antes era tratado como um desafio de integração e multiculturalismo, agora assume contornos de ameaça existencial para populações de países como Alemanha e Inglaterra.

A comparação com o século 15, quando a Europa cristã se mobilizou contra a expansão otomana, não é mera retórica de grupos radicais, mas vem se tornando referência recorrente em discursos nacionalistas. A percepção de que o islamismo político não busca apenas coexistência, mas hegemonia cultural e religiosa alimenta movimentos que clamam por uma “reconquista” europeia — não mais de territórios perdidos, mas de valores, identidade e soberania interna. Esse sentimento, ainda que controverso, encontrou espaço nas urnas. Partidos de direita e extrema-direita, antes marginais, hoje são forças determinantes em países como França, Itália, Hungria e até a Alemanha, onde o AFD tem conquistado eleitores em regiões historicamente resistentes ao radicalismo.

Na Inglaterra pós-Brexit, o endurecimento contra a imigração tornou-se não apenas política de governo, mas também bandeira de setores sociais que veem um risco à coesão nacional. O risco imediato para a União Europeia é a fragmentação política. Se, de um lado, há governos que defendem o acolhimento de refugiados e a convivência multicultural, de outro há países que pressionam por fronteiras fechadas e políticas de deportação em massa. O resultado é uma União dividida entre a defesa de direitos universais e a exigência de proteção da identidade nacional. Essa contradição mina a própria essência do bloco, que se pretende unido justamente pela superação das diferenças históricas.

A médio prazo, o cenário pode evoluir para tensões civis mais intensas. Os protestos que se multiplicam nas ruas além das mesquitas, as marchas inglesas em defesa da “cultura ocidental” e os incidentes de violência em periferias francesas funcionam como prenúncio de uma possível escalada. Se a retórica de confronto direto se consolidar, a Europa corre o risco de assistir a uma guerra interna de narrativas e identidades, capaz de corroer suas instituições democráticas.

Por fim, há a dimensão geopolítica. Uma União Europeia mergulhada em conflitos internos enfraquece-se como ator internacional. Perde capacidade de negociação, autonomia estratégica e relevância frente às grandes potências. O continente que se orgulhava de exportar valores universais pode, paradoxalmente, fechar-se sobre si mesmo em uma nova Idade das Trevas, marcada não pela escassez de conhecimento, mas pela abundância de medo.

O futuro da União Europeia dependerá, portanto, de sua habilidade em equilibrar segurança e integração, identidade e diversidade, soberania e solidariedade. O desafio é imenso: impedir que o debate legítimo sobre imigração e islamismo político descambe para uma cruzada moderna, capaz de repetir, em pleno século 21, os piores capítulos da história europeia.

Obviamente se essa radicalização em torno da imigração muçulmana e do islamismo político ganhar corpo na Europa, os efeitos não se limitam ao plano interno: eles, inevitavelmente, repercutem nas relações externas do continente, inclusive com o Mercosul. Primeiro, porque um continente politicamente fragmentado e socialmente tensionado tende a voltar-se para dentro. Em outras palavras, a União Europeia pode reduzir seu interesse estratégico em acordos internacionais complexos, como o tratado comercial com o Mercosul, que já enfrenta resistência de países europeus preocupados com questões ambientais e agrícolas.

Se partidos nacionalistas e protecionistas se consolidarem no poder, cresce a tendência de fechamento dos mercados europeus a produtos agrícolas do Mercosul, sob o argumento de proteger o produtor local. O que hoje é visto como ameaça à competitividade de agricultores franceses e irlandeses poderia transformar-se em bloqueio político permanente. Isso abriria espaço para que potências como China e Estados Unidos ampliassem sua influência sobre a América do Sul, diminuindo a relevância estratégica da União Europeia para o Mercosul.

A frase que foi pronunciada:

Por muito tempo, alguns políticos preguiçosos envolveram líderes de comunidades muçulmanas como um atalho para o engajamento de cidadãos muçulmanos marginalizados.

Sadiq Khan

História de Brasília

A Asa Norte do Plano Piloto continua com os mesmos problemas de há seis meses. No lado comercial, não há compradores, e no lado residencial, não há comerciantes.
(Publicada em 10/5/1962)